

Empresários concordam: é hora de mudar a política econômica.

Diante do esgotamento do modelo econômico, só resta ao governo uma saída: democratizar o processo de tomada de decisões sobre os rumos do País, para mudar imediatamente a política econômica. Esta é uma tese com que estão de acordo todos os empresários que se manifestaram ontem sobre o assunto, inclusive industriais do Distrito Federal e de seis Estados: São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Depois de dois dias de debates na capital mineira, estes industriais divulgaram ontem a "Carta de Belo Horizonte", em que reafirram "a convicção da classe empresarial no processo democrático, participativo em todos os seus segmentos", como a melhor forma de viabilizar as estratégias econômicas para tirar o País da crise em que se encontra, classificada pelo documento como "a mais grave do período republicano".

Não se pode negar que a crise hoje enfrentada pela Nação extrapola aspectos meramente técnicos e atinge os patamares mais elevados do campo político que, em última análise, oferece legitimidade e envolvimento de toda a sociedade na solução dos grandes desafios nacionais.

O momento é difícil e exige "soluções corajosas mas não complexas". Eles defendem uma nova política industrial, implantada em consenso com a classe empresarial e que busque soluções práticas e objetivas para o quadro conjuntural atual e, "dentro da ótica de médio e longo prazos, alterações mais profundas na estrutura do processo produtivo nacional".

A questão das altas taxas de juros é também atacada pela "Carta de Belo Horizonte", que considera "inadmissíveis" os custos fi-

nanceiros reais que oneram especialmente as micro, pequenas e médias empresas. "O governo possui mecanismos eficientes para definição de limites máximos de juros reais e o momento atual exige a implementação de tal medida em níveis compatíveis com a capacidade do setor produtivo nacional."

O documento sugere, ainda, a adoção de medidas que "estimulem a capitalização das micro, pequenas e médias empresas, importante ponto de equilíbrio de todo o processo produtivo brasileiro, não só pela geração de inúmeros empregos com poucos investimentos como também pelo não-comprometimento das contas externas do País, pois utiliza tecnologia e insumos nacionais".

O presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, José Papa Júnior, ao falar ontem no Maksoud Plaza sobre os "Impactos da Dívida Externa nos Países das Américas", advertiu que "a iniciativa privada está exposta a perigos que poderão em pouco tempo, liquidá-la. Porque a espinha dorsal do sistema capitalista são as micro, pequenas e médias empresas — insubstituíveis fontes geradoras de empregos —, que estarão condenadas, se prevalecerem os vícios estruturais de nossa economia que favorecem oligopólios, os quais, por sua vez, nos condenam à situação de dependência externa".

"Modelo esgotado"

Até um banqueiro, o presidente do Bamerindus, José Eduardo de Andrade Vieira, defendeu ontem "uma guinada na política econômica, a partir da própria consciência do governo de que o modelo, está esgotado". Para evitar o agravamento da recessão e que a inflação chegue a 140%, faltam medidas "sérias": reforma fiscal, re-

dução dos gastos públicos, criação do seguro-desemprego, reavaliação das compras de petróleo e da dívida pública interna, contenção da especulação financeira e extinção dos subsídios, além de renegociação dos acordos com o Fundo Monetário Internacional.

Não há apoio popular, quando não se acredita que o governo vai cumprir um programa sério. Então, o governo precisa colocar à Nação a real situação orçamentária e se dispor a consertar a economia. O governo deve ter outras ideias, uma nova concepção para a economia brasileira, e isso não significa cortar cabeças. Eu também, há dois anos, pensava diferente de hoje.

Dentro da política econômica em vigor, Andrade Vieira só vê "tendência de piorar, com as autoridades esperando um milagre ou que os banqueiros internacionais venham a dar dinheiro ao Brasil". Lembrou que a política antiinflacionária não deu resultados.

É preciso pensar em tudo, ser realista, para que não haja maior sofrimento ainda no futuro", ressaltou Andrade Vieira. "Com imaginação e seriedade", o governo pode obter respaldo popular e garantir o mínimo para a sobrevivência da população. Para garantir esse mínimo, deve até adotar o seguro-desemprego, "porque não sei ainda quais os objetivos do Finsocial, quando o desemprego é o maior problema social do País".

A partir da indispensável "seriedade", o banqueiro paranaense afirmou que "existem alternativas" para que o Brasil cumpra os acordos com o FMI — "talvez em prazo mais elástico" —, sem elevar o custo social. "Gastou-se demais antes. É claro que será preciso parar por alguns anos. Mas dentro da seriedade."